



ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara-PI
CNPJ(MF) 01.612.565/0001-92
Praça Ivonete Guedes, 12 CEP - 64528-000
Fone/Fax - (89) - 3423-0141
Email: pmbalcantara@gmail.com



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA
RUA: CASEMIRO DE ABREU, 669 - CENTRO.
CEP: 64890-000
CANTO DO BURITI-PI



Portaria n° 023/2019-GP.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA D' ALCÂNTARA, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no Art. 64 Incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - **EXONERAR**, o senhor **GLEINARDE DE MOURA CARVALHO**, portador do RG n°. 2.317.428-SSP-PI, inscrito no CPF/MF sob o n° 012.191.763-03, das funções em comissão do cargo de Diretor do Departamento de Desporto e Lazer, lotado na Secretaria Municipal da Juventude Esporte e Lazer, deste município. Nomeado pela **Portaria n° 153/2017-GP de 01.12.2017**.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a partir desta data, até ulterior deliberação.

Publique - se,
Registre - se e
Cumpra - se.

Barra D'Alcântara (PI), 03 de abril de 2019.

Francisco Claudison Brito Sousa

Francisco Claudison Brito Sousa

Prefeito

CPF. 770.760.793-72 RG. 1.691.548-SSP-PI

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios e no mural existente à entrada do edifício da Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara, Estado do Piauí.

Vilma Maria Rodrigues da Silva

Vilma Maria Rodrigues da Silva

Secretária Municipal de Administração

CPF. 420.485.243-20 RG n° 965.066-SSP-PI



ESTADO DO PIAUÍ
Prefeitura Municipal de Barra D'Alcântara-PI
CNPJ(MF) 01.612.565/0001-92
Praça Ivonete Guedes, 12 CEP - 64528-000
Fone/Fax - (89) - 3423-0141
Email: pmbalcantara@gmail.com



EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Barra D'Alcântara Piauí, Estado do Piauí, CNPJ 01.612.565/0001-92 com endereço na Praça Ivonete Guedes, 12, representada por seu Prefeito, Senhor **Francisco Claudison de Brito Sousa** brasileiro, casado, CPF n° 770.760.793-72, portador do RG n°. 1.691.548-SSP/PI, residente e domicílio à Rua Luis Lopes da Silva, s/n, CEP. 64.528-000 Bairro Centro de Barra D'Alcântara-Piauí.

CONTRATADA: **Marcos Aurélio Carvalho Rodrigues**, brasileiro, solteiro, devidamente, inscrito no CPF/MF sob o n° 076.343.893-66 e portador do RG sob o n° 4.066-SSP-PI, residente e domiciliado na Rua São Francisco, S/N CEP. 64.520-000 Francinópolis- Piauí.

Objeto do Contrato

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços por prazo determinado para desempenhar a função de Auxiliar Administrativo junto ao escritório da Emater neste município, Conforme Termo de Cooperação Técnica n° 003/2017 firmado entre o município de Barra D'Alcântara e o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí.

Recursos: Recursos Próprios.

Assinatura: 04.03.2019

Valor: R\$ 998,00 (mensal)

Duração: 06(Seis) meses

**ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR
EDITAL N° 01/2019**

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANTO DO BURITI, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal n° 360/2015, de 13 de Julho de 2015, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024, aprovado pela **RESOLUÇÃO N° 01 /2019**, do CMDCA local.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei. n° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução n° 170/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal n° 360/2015 e Resolução n° 01 /2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Canto do Buriti, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;

1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de **06 de outubro de 2019**, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de **10 de janeiro de 2020**;

1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024, torna público o presente Edital, nos seguintes termos:

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único I, 90, §3°, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei n° 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal n° 360/2015;

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Canto do Buriti visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes no colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;

2.4. Por força do disposto no art. 5°, inciso II, da Resolução n° 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei n° 8.069/90, e do art. 16, da Lei Municipal n°

1 - Incorporado pela Lei n° 13.010/2014;

360/2015, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Reconhecida idoneidade moral;
- b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) Residir no município;
- d) Estar quites com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;
- e) Estar quites com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);
- f) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;
- g) Ensino médio completo;
- h) Não exercer mandato político;
- i) Estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar;
- j) Não ter sofrido nenhuma condenação criminal judicial, seja na justiça comum, estadual ou federal.

3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 41 da Lei Municipal n° 360/2015 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;

4.2. A remuneração será de um salário mínimo vigente, com o reajuste proporcional aos vencimentos do servidor público municipal;

4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

- a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;
- b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei n° 8.069/90 e art. 15, da Resolução n° 170/2014, do CONANDA;

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

5.3. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

5.4. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

- a) tiver sido empossado para o segundo mandato consecutivo até o dia 10 de janeiro de 2013;
- b) tiver exercido o mandato, em regime de prorrogação, por período ininterrupto superior a 04 (quatro) anos e meio.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituiu, uma Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha;

(Continua na próxima página)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA
RUA: CASEMIRO DE ABREU, 669 - CENTRO.
CEP: 64890-000
CANTO DO BURITI-PI



6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;
 - Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
 - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
 - Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
 - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;
 - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
 - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
 - Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;
 - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
 - Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;
 - Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.
- 6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

- O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital;
- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:
 - Inscrições e entrega de documentos;
 - Relação de candidatos inscritos;
 - Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;
 - Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;
 - Formação inicial: capacitação dos candidatos habilitados (participação obrigatória) com Entrevista eliminatória;
 - Dia e locais de votação;
 - Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;
 - Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e
 - Termo de Posse.

8. PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

- A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;
- A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, à Rua Casemiro de Abreu, nº 669, nesta cidade, das 08 às 12:00, entre os dias 08 de Abril de 2019 e 17 de maio de 2019;
- Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:
 - Carteira de identidade ou documento equivalente;
 - Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa nas 04 (quatro) últimas eleições;
 - Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;
 - Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;
 - Comprovante de Escolaridade.
- A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;
- Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;
- Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;
- Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;
- As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

- Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 7(sete) dias úteis, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;
- A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 01(um) dia útil, após a publicação referida no item anterior.

10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

- Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 5(cinco) dias úteis contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;
- Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 5(cinco) dias úteis, começando, a partir de então, a correr o prazo de 5(cinco) dias úteis para apresentar sua defesa;
- A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;
- A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 3(três) dias úteis, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;
- Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;
- As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;
- Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da data da publicação do edital referido no item anterior;
- Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público;
- Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11. SEGUNDA ETAPA - DA CAPACITAÇÃO AVALIATIVA

- Esta etapa consiste na capacitação dos candidatos habilitados sendo obrigatória a presença de todos os candidatos classificados de no mínimo 80% da carga horária ofertada, o que será confirmada através de lista de frequência, sob pena de eliminação;
- A capacitação obrigatória avaliativa acontecerá nos dias 11 e 12 de Junho de 2019 no auditório da Secretaria Municipal de Educação e terá como conteúdo programático o Estatuto da criança e do adolescente(ECA) e demais legislações pertinentes, contendo atividades avaliativas onde serão observadas pela Comissão Especial o desempenho, pontualidade e aptidões dos candidatos ao cargo de acordo com as habilidades orientadas pelo CONANDA citadas no item 11.4.1;
- A carga horária da capacitação será de 16 horas a ser realizada em dois dias.
- A Entrevista será realizada no dia 13 de Junho sob responsabilidade da Comissão Especial e do Ministério Público, de instituir uma Comissão Técnica para realização das entrevistas, sendo obrigatório a presença de pelo menos um psicólogo. Esta etapa será de caráter eliminatório e serão avaliados de acordo com a cartilha "Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento", da Secretaria Especial de Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Do Adolescente - CONANDA, os conselheiros devem apresentar as seguintes habilidades:
 - Capacidade de escuta, de comunicação, de buscar e repassar informações, de interlocução, de negociação, de articulação, de elaboração de textos, de administrar o tempo, de realizar reuniões eficazes e criatividade institucional e comunitária.
 - Vocação para a causa pública;
 - Disponibilidade e disposição para o trabalho;
 - Coesão e coerência de ideias;

12. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

- Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;
- É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;
- Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 10.8 deste Edital;
- A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;
- Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano a eleitores ou perturbem a ordem pública ou particular;
- As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar;
- Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;
- Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;
- É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisetas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;
- É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

- Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
- A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

13. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

- A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de Canto do Buriti realizar-se-á no dia 06 de outubro de 2019, das 08h às 17h, na Unidade Escolar Osair Valente, localizada na Rua Coelho Rodrigues, S/N, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2012, do CONANDA;
- A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí;
- As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;
- Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;
- As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;
- Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;
- O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;
- O eleitor poderá votar em apenas um candidato;
- No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;
- Será também considerado inválido o voto:
 - cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
 - cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
 - cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
 - que tiver o sigilo violado.
- Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;
- Em caso de empate na votação, ressalvada a existência de outro critério previsto na Lei Municipal local, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.

14. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

- Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a "boca de urna" e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;
- Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse; sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;
- Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir

(Continua na próxima página)



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA
RUA: CASEMIRO DE ABREU, 669 - CENTRO.
CEP: 64890-000
CANTO DO BURITI-PI



pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

15.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

16. DA POSSE:

16.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, no dia 10 de janeiro de 2020, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;
15.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Canto do Buriti, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;
17.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 360/2015;
17.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;
17.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;
17.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;
17.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;
17.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

Publique-se.

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais

Canto do Buriti, 05 de Abril de 2019

Lidiane da Silva Barroso
LIDIANE DA SILVA BARROSO
Presidente do CMDCA

ANEXOS

CRONOGRAMA (ANEXO 1)

DESCRIÇÃO	DATA
Afixação do Edital de Abertura da Eleição Unificada do Conselho Tutelar	08/04/2019
Período de inscrição	De 08/04/2019 a 17/05/2019
Análise de documentos	De 20 a 28 de maio
Resultado Preliminar dos Candidatos habilitados e não habilitados	29 de maio
Apresentação de Recurso pelos candidatos não habilitados	De 29/05/2019 a 04/06/2019
Análise dos Recursos	De 05 a 07 de Junho
Resultado Final dos candidatos habilitados	10/06/2019
Capacitação obrigatória	11 e 12 de Junho
Entrevista eliminatória	13 de junho
Lista dos candidatos habilitados para as eleições	17 de junho
Eleição	06/10/2019
Resultado Final	06/10/2019
Posse dos Candidatos Eleitos para o quadriênio 2020/2024	10/01/2020

**FICHA INSCRIÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR (ANEXO 2)
GESTÃO 2020/2024**

Candidato INSCRIÇÃO Nº _____
Nome: _____

Membro da Comissão Eleitoral – CMDCA

(Destaque essa parte)

**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR
GESTÃO 2020/2024**

Favor preencher com letra legível para fins de encaminhamento ao Ministério Público para processo eleitoral.

Foto 3x4

Candidato INSCRIÇÃO Nº _____

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Idade: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
RG: _____ SSP-_____
CPF: _____
Escolaridade: _____ Sexo: () F () M
Tel Residencial: _____ Tel. Celular: _____
Email: _____
Profissão: _____

Reside no Município: () Sim () Não
Pessoa Deficiência? () Sim () Não Caso positivo, qual? _____
Estado Civil: () Casado () Solteiro () Viúvo () Outros _____
Trabalha ou exerce alguma atividade? () Não () Sim, qual? _____

MEMBRO DA COMISSÃO ELEITORAL

Nome: _____
RG: _____

DAS CONDIÇÕES GERAIS

O candidato DECLARA, para os devidos fins, que têm pleno e integral conhecimento e concorda expressamente com todos os termos e condições estabelecidas no EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CANTO DO BURITI-PI e demais documentos, legislações relacionados.

O preenchimento e entrega da presente ficha de inscrição não confere nem tampouco garante ao candidato direito a participar do processo eleitoral, ficando o mesmo integralmente sujeito ao cumprimento de todos os termos e condições estabelecidas do EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CANTO DO BURITI-PI.

O candidato deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CANTO DO BURITI-PI, sob pena de impedimento no recebimento da inscrição ou no seu imediato cancelamento.

CANTO DO BURITI _____ de _____ 2019.

Assinatura do candidato